
O Poder e o Movimento Espírita

Assine

“Espiritismo e Unificação”

Jornal mensal
de vanguarda!

Escreva para

Rua Itororó, 111

CEP 11.100 — Santos — SP.

O Poder e o Movimento Espírita

Estudo publicado originalmente no jornal
“Espiritismo e Unificação” de abril de 1981.

1.^a edição especial em setembro de 1981.

Copyright 1981 by

DICESP - Divulgação Cultural Espírita S/C Editora

Rua Itororó, 111 - CEP 11.100 - Santos-SP - Brasil

C.G.C. 58.268.228/0001-47.

Digitalização e Notas Explicativas:

PENSE – Pensamento Social Espírita

www.viasantos.com/pense

Maio de 2010.

Um estudo sobre o Poder no movimento espírita brasileiro

“Do hidrogênio às mais complexas unidades, é o poder do espírito eterno a alavanca diretora de prótons, nêutrons e elétrons na estrada infinita da vida. (...) Sendo cada um de nós uma forma inteligente, detendo faculdades criadoras e atuando no Universo, estaremos sempre engendrando agentes psicológicos, através da energia mental, exteriorizando o pensamento. (...) Abstendo-nos de mobilizar a vontade, seremos invariáveis joguetes das circunstâncias predominantes, no ambiente que nos rodeia; contudo, tão logo deliberamos manobrá-la, é indispensável resolvamos o problema da direção.”

Os trechos acima extraídos da obra “Libertação”, de André Luiz, psicografada por Francisco Cândido Xavier, introduzem nosso pensamento no problema do Poder, uma das facetas mais fascinantes do espírito imortal. Aliás, esse livro de André Luiz (edição FEB) é um extraordinário estudo do Poder e suas formas mais variáveis, desde o despotismo, da ânsia de domínio, refletindo malversação das potências da Inteligência, até a força incoercível do amor, exprimindo o Poder em processo de expansão e equilíbrio.

Essas considerações nos remetem ao problema do Poder nos meios espíritas. E o estudo das forças de dominação pessoal e grupal é exercício importante para que desçamos às raízes de nosso comportamento na divulgação da Doutrina e estrutura de nosso movimento.

Doutrina aberta, mas não imune

Creemos que uma pergunta pertinente será: “como o Poder se manifesta nas relações entre os espíritas, no centro, no movimento unificacionista?” Teríamos conseguido transformar a energia que caracteriza o Poder em uma fonte renovada de satisfações criativas?

Parece que o problema do Poder em nossos meios é bastante evidente e convém estudá-lo, porque somos uma Doutrina aberta, preparada para autoanalisar-se, para refletir sobre seus fundamentos e sobre a estrutura de seu movimento.

É preciso ressaltar, contudo, que ao nos dedicarmos ao problema, não queremos estabelecer qualquer princípio de juízo, mas tão somente mostrar que o Poder é uma energia natural, como o sexo, e por isso suscetível de ser utilizada das formas mais variáveis possíveis, trazendo benefícios ou introduzindo delicados mecanismos de dominação.

Se estamos analisando esses fatos é porque temos certeza de que o espiritismo deve ser encarado como uma revolução fundamental que atinge as bases do comportamento humano. Precisamos estar abertos para enfrentar o desafio de descer às raízes de nossos comportamentos, de nossas estruturas mentais, partirmos para reformulações básicas. Em muitos casos, estamos no círculo fechado, egocêntrico do uso dessa energia. O objetivo, dentro dos fundamentos do espiritismo, é canalizá-la para o sentido altruísta, construtivo e libertador.

Nos nossos meios, a revelação mediúnica tem sido usada como instrumento para avaliar ou determinar um tipo de **mandato divino**, seja ele circunscrito a um centro, a um médium ou dirigente, seja em maior amplitude, através de determinadas organizações federativas. Todos alegam possuir um certo **poder divino**, que lhes teria sido dado pela Espiritualidade Superior.

A ignorância generalizada do espiritismo, mesmo nos meios mais dinâmicos, voltados, quase sempre, para o fator místico, se traduz no fascínio que a mediunidade exerce. Sem dúvida, esse fascínio é uma clara acepção de Poder. O médium, nos nossos meios, extravasa o sentido de mediano, de intercomunicador, para se transformar em autoridade, capaz de dominar não somente um núcleo específico, mas projetar-se para toda a coletividade. Um exemplo típico é que certos médiuns se transformam em oráculos e muitos nada fazem sem consultá-los e suas opiniões já não são analisadas, mas ao contrário são ordenações infalíveis.

Naturalmente, encontramos na Codificação os meios adequados para avaliar e selecionar esse tipo de manipulação do Poder. Todavia, em determinados círculos, onde mais precisamente ocorre a revelação desses mandatos, a orientação acauteladora da Doutrina é relegada a plano secundário, sobrepondo-se a ela os interesses em jogo porque, como vimos, o fascínio do Poder é muito grande e raros são, ainda, os que canalizam essa energia num sentido altruísta. Daí podermos constatar, inequivocamente, o Poder instalado, pessoal ou grupalmente, em muitas ou em quase todas as instituições.

Por isso identificamos o Poder clássico fluir, sem esforço, no médium-principal, que aconselha e dita or-

dens como verdades irrecorríveis; podemos constatá-lo no guia espiritual que domina grupos, não permitindo iniciativas dos encarnados; ou o verificamos no presidente perpétuo, no “dono do centro”.

Poder-se-ia contrapor que, não raro, muitos desses confrades se desgastaram e deram toda uma existência física em favor da instituição, em tarefa sacrificial. É preciso considerar que o exercício do Poder não é um mal em si mesmo e que, muitas vezes, é contraditório, porque ao mesmo tempo que proporciona o insubstituível prazer que decorre de seu exercício, costuma tragar na sua voracidade o próprio exercitante.

Há mandatos divinos entre nós?

O estudo do poder é fascinante. Alfred Adler¹, um dos mais brilhantes psicanalistas do século 20, considerou-o como o objetivo primordial do indivíduo, em oposição a Freud, que via esse objetivo na sexualidade.

Sem entrarmos no estudo mais demorado dos fundamentos teóricos dessa tese, é relevante assinalar que, na vida diária, encontramos inequívocos sinais de que o Poder, como determinante do comportamento é, sob certa forma, inevitável nas relações humanas.

Analisando o problema, Allan Kardec traçou interessantes considerações no artigo “As aristocracias”,

¹ Alfred Adler (1870 - 1937), psicólogo austríaco, fundador da psicologia do desenvolvimento individual. Segundo Adler, o ambiente social e a preocupação contínua do indivíduo em atingir objetivos preestabelecidos são os fatores básicos do comportamento humano, da sede de poder e da busca de notoriedade.

constante de *Obras Póstumas*. Nesse trabalho, o Codificador analisa, em rápidas linhas, o processo de socialização do Poder, desde o uso da força bruta ao da inteligência, passando pelos valores do nascimento e do dinheiro. Conclui Kardec sobre a inevitabilidade da relação de Poder, tendo, todavia, proposto uma forma de exercê-lo temperada pela inteligência e pela moralidade, que designou de aristocracia intelecto-moral. Esta seria a que tivesse a capacidade de servir, isto é, que alcançasse o nível de utilização da força do Poder em sentido do bem-estar geral, que parece ser a forma equilibrada de investir a energia criativa do indivíduo.

O DIREITO DIVINO

Foi Hobbes², pensador inglês do século 17, quem propôs que os reis tivessem o direito divino, isto é, que fossem na terra “O Deus Mortal”, governando por delegação do Deus Imortal, de forma que seu Poder se tornasse inquestionável. Essa idéia foi abandonada, embora política e interiormente encontremos seus traços ainda hoje.

Naturalmente as religiões em todas as épocas já vinham exercendo o direito divino, pois sempre se arrogaram em interpretar o pensamento de Deus. No cristianismo, o mesmo sucedeu.

A Igreja Católica, diz-se com mandato divino por direta delegação do Messias, que afirmou a Pedro, considerado o fundador da Igreja, “Tu és Pedro e sobre essa pedra erguerei minha Igreja e tudo que ligares na Terra será ligado no céu”. A Reforma Protestante, não poden-

² Thomas Hobbes (1588 - 1679), filósofo, matemático e teórico político inglês, desenvolveu a tese da necessidade do exercício do poder na sociedade humana em sua principal obra *Leviatã*.

do apropriar-se dessa delegação revelada, apoiou-se na autoridade das Sagradas Escrituras.

Essa abusiva apelação para o mandato divino, que é o selo de toda a organização religiosa, levou à negação materialista, pelos motivos óbvios. Como ninguém jamais viu Deus delegar coisa alguma, tudo ficou por conta do Poder de coação, de imposição e da ignorância.

Analisando esse comportamento das organizações religiosas, Kardec afirma no 1.º capítulo de *A Gênese*: “**infelizmente, as religiões não são sempre instrumentos de dominação**”. (Edição FEB, pág. 17). Neste mesmo capítulo ele renova a visão de **revelação**, dando-lhe uma conotação de cooperação entre os espíritos encarnados e desencarnados, o que, por si só, constitui uma revolução na concepção do papel do homem na construção de seu destino e elimina o paternalismo religioso.

Essa pequena introdução nos remete ao esquema federativo ou unificacionista do movimento espírita brasileiro. Não se pode negar que ele está carregado, energizado, de um sentido de Poder. Até no bom sentido.

Raramente o movimento está estruturado em bases verdadeiramente democráticas, que prevejam a capacidade das bases para elaborar seus programas e planos, a partir da Codificação, sem centralizações excessivas e o comando de entidades estruturadas como um certo **Poder Divino**. As próprias bases, não raro, estimam filiar-se ao Poder Maior, para justificar o Poder Menor.

O que tem acontecido até agora é que um determinado grupo, num certo momento, se autodesigna orientador do movimento. Geralmente esses núcleos centrais são liderados por pessoas altamente carismáticas, alguns também médiuns. Em círculos mediúnicos fechados **recebem** a tarefa que lhes é incumbida pelo plano espiritual. Invariavelmente as comunicações são atribuídas a

espíritos de alta hierarquia e pertencentes aos quadros dirigentes da Espiritualidade Superior. Como convém, aliás, num esquema de Poder, mesmo utilizado.

O que se discute não é a sinceridade desses grupos de pessoas. Mas a validade desses núcleos de autoridade, numa doutrina despojada de centros de Poder, desde sua fundação.

EXEMPLOS

Tomemos três exemplos de instituições em que o **mandato divino** tem sido evocado como uma espécie de aval para determinadas atitudes e mesmo para suas existências.

Uma é a Federação Espírita Brasileira³. Nascida, como se sabe, de uma disputa de Poder entre os grupos “científico” e “místico”, a quase centenária instituição se coloca como a “casa-máter do espiritismo” e avoca a si a sede central do movimento de evangelização do mundo, pois é a oficina de Ismael. Este seria um Anjo, governador espiritual do Brasil e teria feito seu quartel general no velho casarão da Avenida Passos, no Rio de Janeiro.

Os dirigentes humanos da Casa, afirmam em editoriais da sua revista **Reformador**, são meros instrumentos. A direção espiritual, divina, é o que conta. Por isso, qualquer questionamento sobre a respeitável instituição é perda de tempo. De uma forma ou de outra, todas as decisões e cisões, toda a luta interna pelo Poder, tudo isso estaria mais ou menos sancionado pelo mandato

³ A Federação Espírita Brasileira (FEB) foi fundada em 1º de janeiro de 1884, no Rio de Janeiro-RJ, por iniciativa de um grupo de espíritas religiosos liderados por Augusto Elias da Silva, um fotógrafo português que editava o periódico Reformador, que passou a ser o órgão oficial de divulgação da instituição.

divino que Ismael vem, pacientemente, executando através dos dirigentes da FEB.

Outro é a Federação Espírita do Estado de São Paulo (Feesp). Fundada em 1936, para orientar o movimento espírita paulista, a Federação não obteve esse mandato pela eleição das casas espíritas de São Paulo. O grupo fundador é que se autoelegu para essa missão, provavelmente com as melhores intenções. Passado o tempo, essa autodelegada missão não se concretizou. Das várias cisões e disputas pelo Poder interno resultaram outras associações que também pretendiam unir e orientar o movimento espírita paulista. Em 1947, a situação apresentava-se confusa e havia, pelo menos, quatro entidades federativas em São Paulo. Resolveram essas entidades, inclusive a Federação, criar a USE - União Social Espírita, uma legenda de unificação. A USE foi praticamente dirigida pela equipe da Federação durante mais de 20 anos. Agora há um rompimento dessa união.⁴

Segundo o atual presidente, em seu relatório de 1980, a FEESP faz o que faz **“em cumprimento das prerrogativas a ela determinadas pela Espiritualidade Superior”**. Como assim também provavelmente pensam os participantes da USE, da Liga Espírita do Estado de São Paulo e da União Espírita Federativa, ficamos

⁴ Graças à iniciativa de Edgard Armond e Herculano Pires, foi fundada, em 5 de junho de 1947, a União Social Espírita, a fim de unificar a Federação Espírita do Estado de São Paulo (Feesp), União Federativa Espírita Paulista, Sinagoga Espírita Nova Jerusalém e a Liga Espírita do Estado de São Paulo. Mais tarde, a nova entidade federativa passaria a se chamar União das Sociedades Espíritas do Estado de São Paulo (USE). Depois do afastamento da Feesp, em 1967, houve uma tentativa frustrada de unificação com a USE. Em 1977, após vários anos de negociação, o Conselho Deliberativo Estadual da USE, por 22 votos a 14, rejeitou em definitivo a proposta de fusão.

sem saber que prerrogativas são essas e quem fala pela “Espiritualidade Superior”.

O terceiro é a Aliança Espírita Evangélica⁵, que embora sem o potencial econômico e humano da FEB e da FEESP, também apresenta-se com mandato divino. A primeira, como sabemos, possui um grande parque gráfico e constrói uma série de edifícios em Brasília. A segunda, segundo seu presidente, tem feito tudo para evitar o gigantismo, pois está aparelhada para atender 3.900 pessoas por dia ou 900 mil por ano, para aplicação de passes; tem grandiosa obra de assistência social e inúmeros cursos de doutrina.

No Boletim do Discípulo (n.º 6), órgão da Fraternidade dos Discípulos de Jesus, da Aliança Espírita Evangélica, encontramos o seguinte: “Ponto comovente desta reunião privativa foi, sem dúvida, a mensagem trazida pelo Plano Espiritual Superior aos novos Discípulos, por intermédio de nossa companheira Celina, espírito de alta hierarquia ligado às esferas das de Maria de Nazaré (...) “Nós todos sabemos que o primeiro encarnado escolhido foi o nosso Armond. E por que? Foi-lhe concedido algum privilégio? Não, meus amigos, foi-lhe concedida a graça do trabalho, a graça da reformulação interior, a graça da lembrança de experiências passadas, para que no presente pudesse ser um exemplo vivo do esforço de vontade cristã”. O “nosso Armond”, da mensagem, é o comandante Edgard Armond que durante cerca de 25 anos foi secretário-geral da Feesp e quem criou a Aliança Espírita Evangélica.

⁵ A Aliança Espírita Evangélica foi fundada em 15 de dezembro de 1973 por Edgar Armond, sob a liderança e articulação de Jacques Conchon. A nova federativa, dissidência da Feesp, segue uma orientação doutrinária bastante influenciada pela visão esotérica/orientalista de Armond e pelas ideias do espírito Ramatis, cuja obra foi psicografada, no Brasil, pelo médium Hercílio Maes (1913-1993), de Curitiba-PR.

As duas entidades federativas assinaladas neste estudo, que postulam missão especial de fundo divino, com outorga de tarefas específicas da Espiritualidade Superior, apresentam problemas conhecidos.

A Federação Espírita Brasileira, desde os tempos de *Bezerra de Menezes*, introduziu um *problema no* nosso movimento, ao aceitar as teorias de Jean-Baptiste Roustaing⁶, sobre o corpo fluídico de Jesus, a reencarnação punitiva e a evolução fluídica. Embora Kardec tenha sido declaradamente contra essas teorias. Mesmo que a maioria dos estudiosos da Doutrina a tivessem rejeitado. Ainda que a obra roustanguista não tenha curso entre nós, ela, a FEB, escudada no mandato divino que Ismael lhe outorga, continua impassível, como a esperar que todos nós amadureçamos para “entender” as comunicações recebidas pela sra. Collignon.

A Federação do Estado de São Paulo, pressionada pelo poderio econômico e pela pressão humana, que lhe garante inequívoco Poder, estabeleceu uma talvez irremediável cisão no movimento espírita paulista. Diz ter um mandato divino para orientar e dirigir esse movimento, mesmo contra a vontade dele saindo para uma conquista, palmo a palmo, de terreno, abordando centros e associações, transformando-se num laboratório central de programas e cursos que espalha para seus centros coligados.

⁶ Jean-Baptiste Roustaing (1805-1879), advogado e espírita francês, de Bordeaux, lançou em 1866 a obra *Os Quatro Evangelhos*, em três volumes, psicografada pela médium Emilie Collignon e por ele organizada. A tese central é a reencarnação como punição e a natureza energética do corpo físico de Jesus, que não teria sido de carne e osso, mas “fluídico”, apenas aparente, como se fosse um agêner. Allan Kardec rejeitou as duas teses centrais do roustanguismo, mas não se opôs radicalmente à obra. Lançada no Brasil pela Federação Espírita Brasileira (FEB) em quatro volumes, *Os Quatro Evangelhos* foi adotado oficialmente pela FEB, causando assim, desde o século 19, uma cisão irreversível no movimento espírita brasileiro.

Pode-se questionar um mandato divino?

Vemos que cada uma dessas instituições e pessoas admitem possuir um mandato, outorgado, conferido pela Espiritualidade Superior. Ficamos num dilema.

Numa Doutrina como o espiritismo, cabem tais mandatos? E como podemos questionar um mandato divino?

Sem qualquer analogia pejorativa, esses sistemas de dominação, esse apelo aos recursos do mandato divino já foram exaustivamente explorados no mundo, trazendo sofrimento e desarticulando o progresso.

Está nesse apego, o germe de todos os processos de pulverização das idéias. Ao generoso esforço de sementeira desenvolvido por Allan Kardec, sob a direção de Jesus, desenvolvem-se teorias e posições que refletem, ainda, essa imatura posição.

Se examinarmos o surgimento do espiritismo na Terra, verificaremos que ele se desvia do princípio clássico, das revelações representadas por um revelador que enfeixava todo o Poder.

Moisés mostrou seu Poder Divino nas sete pragas do Egito, no colóquio solitário com Deus, face a face, no Monte Sinai.

Em Jesus de Nazaré encontramos uma situação especial. Pessoalmente não reivindicou coisa alguma. Quando Pilatos, preocupado se ele era um dos muitos líderes subversivos, que levantavam os judeus contra a dominação romana, perguntou-lhe: “Tu és rei?”. Ele disse: “tu o dizes, eu vim ao mundo para dar testemunho da

verdade. Aquele que é da verdade ouve a minha voz”.⁷ A ironia da coroa de espinhos e do caniço como sinais reais, diz bem da falta de ligação de Jesus a qualquer esquema de Poder canalizado para o domínio dos outros. Preferiu os títulos de Amigo e Mestre, que são posições de ampla interação afetiva, de doação e participação.

Se **Jesus de Nazaré** jamais assumiu qualquer posição de domínio foi transformado em Rei dos Reis, em Filho e Pai, em criador e obra de si mesmo. Enfim, enfeixando todo o Poder. E Maria de Nazaré, como Mãe do Rei, é, por via consanguínea, rainha-mãe, rainha do céu, porque Jesus não tinha uma rainha-esposa. Mas essa é uma outra estória.

Todavia, o espiritismo como revelação é bem diferente. Está diluído nas comunicações dos espíritos em várias partes. Muitos médiuns recebem mensagens. Não há um centro de autoridade, um santuário. Há a participação ativa dos encarnados.

Vejamos como Allan Kardec analisa o fato: “Quis Deus fosse assim, primeiro, para que o edifício mais rapidamente chegasse ao ápice; em seguida, para que se pudesse, por meio da comparação, conseguir uma verificação, a bem dizer imediata e permanente, da universalidade do ensino, nenhuma de suas partes tendo valor, **autoridade**, a não ser pela conexão com o conjunto, devendo todos se harmonizar, colocada cada uma no devido lugar e vinda cada uma na hora oportuna. Não confiando a um único espírito o encargo de promulgar a doutrina, quis Deus, também, que, assim o mais pequenino, como o maior, tanto entre os espíritos, quanto entre os homens, trouxesse sua pedra para o edifício, a fim de estabelecer entre eles um laço de solidariedade

⁷ João 18:37.

cooperativa, que faltou a todas as doutrinas decorrentes de um tronco único”. (A *Gênese* - Edição FEB - pág. 43).

Fôssemos uma crença e nada mais nos restaria do que baixar nossas cabeças e aceitar essas “determinações da Espiritualidade Superior” como mandatos divinos. Todavia, somos, antes de tudo, ciência. Como poderíamos progredir, crescer, renovar, inovar, se nos mantivéssemos presos a essas manipulações de Poder?

Ciência é o reto pensar, a busca da verdade pelo uso do raciocínio, é a dedução baseada em provas. E onde estão essas provas? Que confirmação universal podem ser apresentadas dessas “determinações da Espiritualidade Superior”? Ou existe uma “Espiritualidade Superior” dividida, disputando uma fatia da opinião espírita?

O exemplo de Kardec

Mas alguém poderia dizer que Kardec também teve a revelação de sua missão. É verdade. Vejamos, contudo, de que forma essa revelação lhe foi feita, em 12 de junho de 1856 pelo Espírito da Verdade: “Confirmo o que te foi dito, mas recomendo-te muita discrição, se quiseres sair-te bem. (...) Não esqueças que podes triunfar como podes falir. Neste último caso, outro te substituiria, porquanto os desígnios de Deus não assentam na cabeça de um homem. Nunca, pois, fales de tua missão; seria a maneira de fazê-la malograr. Ela somente pode justificar-se pela obra realizada e tu ainda nada fizestes. Se a cumprires, os homens saberão reconhecê-lo, cedo ou tarde, visto que pelos frutos é que se verifica a qualidade da árvore”. (*Obras Póstumas* - Edição FEB - pág. 282).

Deparamos, no trecho acima, com uma linguagem que, pelo menos no Brasil foi perdida. Uma linguagem objetiva, direta, sem os arabescos melífluos e adjetivação copiosa tão vulgar hoje em dia entre nós. Aí encontramos, realmente, espíritos superiores. Mesmo diante de um Allan Kardec, que espíritos como São Luís chamam de mestre, não descem a elogios, nem apontam carismas. Avisam-lhe que os desígnios de Deus não assentam sobre uma cabeça! Que lição para os menos dotados, que se autoelegem missionários, sem que o tempo possa selar suas obras!

Doze anos depois da comunicação sobre sua missão, Kardec escreveu no livro *A Gênese*: “nosso papel pessoal, no grande movimento de ideias que se prepara pelo espiritismo e que começa a operar-se é o de um observador atento, que estuda os fatos para lhes descobrir as causas e tirar-lhes as consequências. (...) O nosso maior mérito é a perseverança e a dedicação à causa que abraçamos. Em tudo isso, fizemos o que outro qualquer poderia ter feito como nós, razão pela qual nunca tivemos a pretensão de nos julgarmos profeta ou messias, ainda menos em nos apresentar como tal”. (*A Gênese* - Edição FEB - pág. 36).

A autoridade que Kardec hoje desfruta, sobretudo, é devido a ter entendido claramente os objetivos do espiritismo, do qual foi, concomitantemente, o artífice. Ele conseguiu que a Doutrina, embora, sob certos aspectos obra dele, se desvinculasse de sua pessoa, de modo que não se transformasse no “kardecismo”.⁸

⁸ Preocupado com os rumos do espiritismo, Allan Kardec lança o Projeto 1868, publicado na *Revista Espírita* e contendo diretrizes para a organização e divulgação doutrinárias. Posteriormente reeditado em *Obras Póstumas* (1890), lá o Mestre de Lyon deixa bem claro seu papel no trabalho de construção da filosofia espírita: “Ora, creio fora conveniente que **aquele que fundou a teoria** pudesse ao mesmo tempo impulsioná-la, por que então haveria mais unidade.” (Grifo nosso).

Essa abertura espiritual, diante da pressão e do fascínio do Poder, indica que Kardec já tivesse alcançado um nível em que a energia do Poder se desvincula do feitio narcisista, da autocontemplação e despojado do sentido de dominação, mas canalizado para a utilidade social.

Mas poderiam argumentar se ao propor-se a diretriz kardecista para o entendimento do espiritismo, não se estaria também criando cadeias, estabelecendo limites, reduzindo o raio de liberdade de procura e de busca de cada um.

A resposta a essas indagações está na frase “um reino dividido em si mesmo não sobrevive”. Kardec é a unidade conceitual de nosso movimento de ideias. A liberdade supõe o conhecer e o desenvolver e não o simples negar, contrariar. Na estrutura da Codificação encontramos tempo e oportunidade para crescer. Todavia, sem unidade conceitual, qualquer esforço é contraditório. Não há soma, mas diminuição.

Conclusão

*“Infelizmente as religiões
hã sido sempre instrumentos
de dominação”.*

*“Nunca tivemos a pretensão de nos
julgarmos profeta ou messias, ainda
menos em nos apresentar como tal”.*

ALLAN KARDEC

A conclusão a que podemos chegar, é que o Poder é realmente uma energia do indivíduo. Todavia, seu exercício há de crescer, modificar-se de modo a se tornar um fluxo construtivo em que o espírito se realize,

sem cair nos desvãos da dominação. Deus exerce seu incomensurável Poder sem esmagar a criatura, através de um equilibrado conjunto de Leis, que não inibe o livre-arbítrio e a permite crescer.

No movimento espírita, exprimindo as realidades de nosso estágio evolutivo, verificamos o exercício do Poder, nos encarnados e desencarnados, às vezes de forma cerceadora, castradora. Todavia, o espiritismo postula uma posição diferente, alcançada pela constante autocrítica e seleção de atitudes.

Verificamos que em muitos segmentos do movimento espírita, principalmente identificados com uma postura mística, arcaica, ligada a estruturas religiosas, estratificadas no campo mental, há uma **necessidade** de se conferir mandatos divinos, atribuídos à Espiritualidade Superior.

Constatamos também que esses movimentos religiosos caracterizam-se, quase sempre, por apresentar certos desvios conceituais em relação à Codificação ou então apóiam-se em personalidades carismáticas, que se sobrepõem, temporariamente, à própria autoridade de Kardec.

Esses desvios talvez expliquem a **necessidade** de um mandato divino, como espécie de cobertura para a ação contrária ao fluxo natural do pensamento ou da ação doutrinária.

Finalmente o Poder tende a opor-se à ideia da igualdade entre as pessoas. A relação de hierarquia parece inevitável, na convivência humana.

Kardec percebeu essa sutileza. E apresentou o problema aos espíritos que o auxiliaram na Codificação, n'*O Livro dos Espíritos*, questão 878 a. Acreditamos que a resposta resolva o problema de forma fundamental,

sem que possa, a curto prazo, tornar-se operacional, prática. Mas é lapidar, definitiva. Quem raciocinar em termos de espiritismo, na dimensão da continuidade do esforço evolutivo, compreenderá que a solução do problema está esboçada.

878 a – Mas se cada um se atribui a si mesmo os direitos do semelhante, em que se transforma a subordinação aos superiores? Não será isso a Anarquia de todos os poderes?

— **Os direitos naturais são os mesmos para todos os homens, desde o menor até o maior. Deus não fez uns de limo mais puro que outros e são todos iguais perante ele. Esses direitos são eternos; os estabelecidos pelos homens perecem com as suas instituições. De resto cada qual sente bem a sua força ou a sua fraqueza e saberá ter sempre uma certa deferência para aquele que o merecer por sua virtude e seu saber. É importante assinalar isto, para que os que se julgam superiores conheçam seus deveres e possam merecer essas deferências. A subordinação não está comprometida quando a autoridade for conferida à sabedoria".** (*O Livro dos Espíritos* - Edição Edicel - pág. 336).

Edições DICESP

n **“A Mulher na Dimensão Espírita”**

Jaci Régis, Marlene Rossi Severino Nobre e
Nancy Puhlmann di Girolamo.

n **“Amor, Casamento & Família”**

Jaci Régis.

n **“Comportamento Espírita”**

Jaci Régis.

Pedidos para:

DICESP — Divulgação Cultural Espírita S/C Editora

Rua Itororó, 111 - CEP 11.100 - Santos-SP

Telefone: 34-1720.